

GUIA

DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL



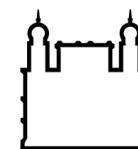
**Acessibilidade na comunicação
para a atenção integral à saúde das
pessoas com deficiência**



GUIA

DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

PMA
DISSEMINANDO
CIÊNCIA EM
SAÚDE PÚBLICA



Ministério da Saúde

FIUCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas

INTRODUÇÃO

Esse Guia foi preparado com o objetivo de apresentar dicas de acessibilidade comunicacional para a realização de reuniões virtuais e presenciais e para a elaboração e disponibilização de documentos contemplando toda a diversidade funcional humana. Ressalte-se que, dada a sua amplitude, essa publicação não pretende esgotar o tema, pois deixa de fora aspectos relacionados ao design, à produção gráfica ou audiovisual, e à acessibilidade nas redes sociais.

O Guia responde à Lei Brasileira de Inclusão, que no seu artigo 71 determina que os “congressos, os seminários, as oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva”. E, também, à orientação da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência que preconiza a participação das pessoas com deficiência no planejamento de estratégias e ações relacionados aos seus processos de saúde.

No âmbito da Rede PMA - APS foi desenvolvida uma outra versão mais curta, objetiva e acessível, com orientações simples, porém cruciais para a efetivação de um SUS que de fato seja “de” e “para” todas as pessoas. Objetivou-se a eliminação das barreiras comunicacionais para que as pessoas com deficiência sejam ouvidas e que suas narrativas sejam incorporadas. Sem isso, obstaculiza-se o acolhimento e a humanização desta população, e a compreensão das condições sociais e políticas envolvidas no bem-estar e nos processos de saúde e doença desse grupo. Com o objetivo de contribuir para tornar a sociedade mais inclusiva e combater o preconceito perene contra as pessoas com deficiência, o presente Guia traz também orientações sobre o uso correto de palavras para se referir às pessoas com deficiência.

Por fim, entende-se a inclusão como um valor primordial, que compõe uma pauta interseccional, motivo pelo qual o texto utiliza linguagem não binária de gênero, por meio do uso da flexão “e/es”.

PREÂMBULO

Existe mais de um bilhão de pessoas com deficiência no mundo, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso corresponde a aproximadamente 15% da população mundial (OMS, 2011).

No Brasil, o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, registrou 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Em que pesem os questionamentos em relação a essa prevalência, ressalte-se que nesse Censo não foram incluídas:

- Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) reconhecidos como pessoas com deficiência somente após a publicação da Lei 12.764, de 2012.
- Pessoas com síndrome congênita do Zika Vírus, que têm múltiplas deficiências e alterações no desenvolvimento (BRASIL, 2017).
- Pessoas com síndromes raras.

Historicamente, as pessoas com deficiência têm sido excluídas de diversos espaços sociais. Mas nos últimos anos, as mobilizações pelos direitos das pessoas com deficiência têm contabilizado algumas vitórias.

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas, bem como seu Protocolo Facultativo (BRASIL, 2008). A Convenção tem valor de norma constitucional, e impõe obrigações diversas para garantir melhores condições de vida dessa população.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) foi instituída em 2015, com base na Convenção. A LBI pretende garantir direitos, liberdades fundamentais, e cidadania às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as outras pessoas.

De acordo com a LBI:



Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, **em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.** (BRASIL, 2015, art.2º) [grifos nossos]

Essa definição tem origem no modelo biopsicossocial da deficiência, que reconhece a pessoa com deficiência como parte da diversidade humana e ressalta que o impedimento decorre das barreiras que o indivíduo encontra nos meios políticos e sociais, em uma sociedade que se organizou sem respeitar a diversidade humana. Em que pesem os avanços relatados, os espaços sociais e políticos seguem majoritariamente inacessíveis a essas pessoas em função de uma série de barreiras, definidas na LBI como:



“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança” (BRASIL, 2015).

A perpetuação dessas barreiras decorre do capacitismo, termo atribuído ao preconceito direcionado às pessoas com deficiência. Caracteriza-se pela premissa de que um corpo fora de certo padrão normatizado é imperfeito e incapaz, percepção constituída a partir do modelo biomédico da deficiência.

O modelo biomédico da deficiência classifica a pessoa pelo que ela não pode fazer por causa da sua deficiência. Esse modelo acredita que a pessoa com deficiência deve “ser normalizada” com os tratamentos disponíveis.

O modelo biopsicossocial da deficiência considera que a deficiência está na sociedade que não é preparada para as pessoas serem incluídas e participarem de suas comunidades como são.

O capacitismo também faz com que as pessoas com deficiência sejam invisibilizadas para o resto da sociedade. Não é por acaso que até o momento a palavra ‘capacitismo’ não foi incorporada ao dicionário da língua portuguesa.

Esse capacitismo é estrutural, despercebido pela população que ignora o papel que desempenha na estrutura societária que segrega e oprime a pessoa com deficiência. Como resultado essas pessoas têm sido tolhidas de seus direitos básicos, colocando em xeque o seu bem-estar e sobrevivência (COSTA, 2020).

A saúde configura um desses direitos e, a partir da Constituição Federal de 1988, quando se constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, passa a ser dever do Estado. O SUS é universal (para todos) e organiza-se a partir de redes de atenção à saúde, que garantem a continuidade do cuidado nos diferentes níveis de complexidade do sistema.

A atenção primária à saúde (APS), considerada a porta de entrada preferencial do serviço de saúde, é responsável pela coordenação desse fluxo de cuidado no SUS. A acessibilidade a esse sistema não envolve apenas o acesso físico, mas também o acolhimento e o vínculo das pessoas ao serviço. A importância do protagonismo dos usuáries nos processos relativos à sua saúde e doença é reconhecida no bojo da Reforma Sanitária, mas, no caso das pessoas com deficiência,

15%



da população mundial tem algum tipo de deficiência

materializam-se várias barreiras que obstaculizam a utilização e acesso aos serviços de saúde de forma equânime, conforme previsão legal.

A literatura relata uma série de impedimentos a esse acesso à APS por parte das pessoas com deficiência, destacando-se barreiras físicas ao deslocamento, oriundas de características urbanísticas, do sistema de transporte e do modelo arquitetônico, que não consideraram a diversidade funcional humana. As barreiras atitudinais e comunicacionais também interferem na vinculação da pessoa com deficiência e sua família à APS, e muitas vezes impedem o acesso ao cuidado de saúde garantido constitucionalmente para toda a população.

As barreiras atitudinais são comportamentos e atitudes que impedem a participação da pessoa com deficiência em igualdade de oportunidades (BRASIL, 2015). No acesso aos serviços de saúde, essas barreiras podem levar a atrasos e erros no diagnóstico, fluxo e tratamento adequados. Ademais, a necessidade de encaminhamento para serviços especializados acaba, erroneamente, transferindo o cuidado para outro nível de atenção. Isso faz com que o serviço prestado não seja integral e ao longo de todo sistema, como deveria ser.

A relatada abdicação da responsabilidade da APS pelo cuidado de saúde dessa população resulta na fragmentação da assistência prestada, fragilizando o vínculo de indivíduo com a unidade básica, perdendo a referência de sua equipe de saúde.

ACESSIBILIDADE

“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.” (Art. 3º, I, BRASIL, 2015).



POR QUE PENSAR NA ACESSIBILIDADE DA COMUNICAÇÃO?

As barreiras na comunicação e no acesso à informação dificultam ou impedem que as pessoas com deficiência se expressem ou recebam informações de maneira acessível. A depender da magnitude da barreira comunicacional ela pode impedir:

- a realização de um diagnóstico preciso;
- a explicação e/ou o entendimento sobre sua condição de saúde;
- a participação da pessoa nas decisões sobre sua condição de saúde;

Não é possível oferecer atenção integral à saúde da pessoa com deficiência sem garantir o direito à acessibilidade na comunicação.

O objetivo da acessibilidade na comunicação é eliminar barreiras usando recursos como por exemplo:

- legenda
- audiodescrição
- caracteres ampliados
- uso de linguagem simples
- escrita em braile
- Língua Brasileira de Sinais (Libras), entre outros.

A acessibilidade na comunicação também contribui para eliminar barreiras atitudinais por possibilitar a revisão e a mudança das condutas e atitudes diante das pessoas com deficiência.

O acesso à informação e à comunicação está previsto na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) que aborda o tema em capítulo específico. Além disso, vai ao encontro do reconhecimento do direito à comunicação e à informação como um dos pressupostos fundamentais para a efetivação do direito à saúde.



USO DAS TERMINOLOGIAS

A diversidade é inerente ao ser humano. Todas as pessoas são diferentes entre si e iguais em sua condição humana. Entretanto, ao longo da história alguns grupos populacionais, a exemplo das pessoas com deficiência, foram estigmatizados e tratados como sub-humanos. Essa hierarquia é construída socialmente, pois na prática não há diferenças que definam pessoas melhores ou piores: ocorre que processos de exclusão são estabelecidos quando uma população não é contemplada nas soluções para as mediações sociais.

É nesse sentido que urge a eliminação do uso de termos obsoletos, pejorativos, ou ainda condescendentes para se referir à pessoa com deficiência.

Também não devem ser usadas palavras que fazem referência a condições ou características de pessoas com deficiência de forma pejorativa, sarcástica, ou até de brincadeira, para designar uma pessoa sem deficiência. Isso contribui para a perenização da representação social que inferioriza pessoas com deficiência e contribui para a perpetuação do preconceito contra as mesmas.

Veja algumas orientações sobre as terminologias que devem ser utilizadas para se referir às pessoas com deficiência. Elas resultam do acúmulo de reflexão pelos movimentos emancipatórios das próprias pessoas com deficiência, não havendo, necessariamente, unanimidade sobre que termos usar. Caso você não componha o grupo dessas pessoas, é mandatório o respeito a essas orientações. Mas note que muitas vezes a escolha de palavras resulta de uma preferência pessoal, e o mais importante é respeitar tal preferência. Isso pode ser feito perguntando à pessoa como gostaria de ser tratada.

Todas as pessoas com deficiência devem ter respeitado o seu direito a se identificarem da forma que acharem adequada. **A imposição de uma caracterização fere o protagonismo das pessoas com deficiência e deve ser evitada.**

- Quando se referir a uma pessoa com alguma deficiência utilize o termo **“pessoa com deficiência”** ou **“pessoa com diversidade funcional estigmatizada”**, porque pontua a identidade pela valorização da pessoa, independentemente de sua funcionalidade física, sensorial ou intelectual.
- **NÃO utilize o termo “deficiente”**, pois isso define a pessoa pela sua deficiência. A palavra “deficiente” ainda tem semântica depreciativa, porque coloca a deficiência antes da pessoa e contribui para a sedimentação de um processo histórico de desumanização dessas pessoas.

- **NÃO use “portador de necessidades especiais”.** A palavra “portador” remete à doença, associando a deficiência a uma patologia.
- Expressões como **inválido, excepcional, retardado, especial, anjo, também NÃO devem ser utilizadas**, por serem pejorativas, ou desumanizadoras (anjo, especial, etc).
- **NÃO utilize o termo surdo-mudo para se referir a pessoas com deficiência auditiva**, uma vez que a surdez não impede necessariamente uma pessoa de emitir sons.
- **Deficiência não é sinônimo de doença ou problema.** Prefira os termos ‘questão’ ou ‘condição’.
- Quando se referir a uma síndrome genética **evite expressões como “aberração, anomalia ou erro genético”.** Use **“condição”** ou **“arranjo genético”.**
- **EVITE o uso do termo “normal”** para se referir às “pessoas sem deficiência”, inclusive porque todos os seres humanos, com ou sem deficiência, são normais por definição.
- **Evite se referir à “pessoa com deficiência” pela sigla PcD**, uma vez que essa expressão não se refere a uma instituição e sim a características do indivíduo.
- **Escolha palavras neutras para respeitar e incluir quem prefere a neutralidade dentro do espectro do gênero.** Encontramos diversas palavras grafadas com “X”, “@” ou a/o para se referir a diversidade de gênero. No entanto, os leitores de tela desconsideram essas palavras, comprometendo o acesso à informação. Prefira o uso da letra “e” por ser mais inclusivo (p.ex. todos) e de palavras neutras como “pessoas”.



ACESSIBILIDADE EM REUNIÕES VIRTUAIS

Diversas plataformas de videochamada e webconferência permitem a realização de encontros de forma virtual. Mas algumas não oferecem recursos de acessibilidade.

Para garantir que esse formato de reuniões seja acessível às pessoas com deficiência, devemos considerar os seguintes pontos (TURCATTI et al, 2020):

→ **Verifique a necessidade de recurso de acessibilidade**

quando agendar a reunião.

→ **Informe sobre o funcionamento da plataforma escolhida**, como e onde ligar e desligar o microfone, a câmera, como acessar o chat, usando linguagem simples e tradução por intérprete de libras, para que seja acessível a todos.

→ **Prefira plataformas que:**

- **Sejam compatíveis com leitor de tela para o chat**, pois essa é uma ferramenta essencial para pessoas com deficiência visual;
- **Disponibilizem legendas automáticas**, para pessoas com deficiência auditiva que leem em português.

→ **Disponibilize intérpretes de Libras durante toda a reunião.**

Procure fixar a tela com o intérprete para melhor visualização. Fale devagar e faça pausas para facilitar a tradução.

→ Pessoas surdas oralizadas, que não são usuárias de Libras, precisam do **serviço de legenda em tempo real (Legendagem para surdos e ensurdecidos – LSE) ou legenda ao vivo (estenotipia)**.

→ **Disponibilize também audiodescrição**, para possibilitar a acessibilidade de pessoas com deficiência visual e públicos complementares. **Não havendo esse recurso**, solicite que ao apresentar slides o **conteúdo seja lido e descrito**.

→ **Antes de começar a falar diga seu nome e faça uma breve audiodescrição**, caso não haja um profissional responsável por essa atividade. Procure descrever suas características físicas, sua roupa, o lugar onde está.

→ **A cada nova intervenção comece dizendo seu nome**, para que as pessoas com deficiência visual possam identificar quem está falando.

→ **Procure sempre ler as mensagens e as perguntas do chat** antes de fazer comentários e responder para contextualizar as respostas, e **se certificar que sejam traduzidas para Libras e linguagem simples**.

→ **A linguagem utilizada deve ser simples**, com frases curtas e sem abstrações para contemplar as pessoas com deficiência intelectual e públicos complementares. **A linguagem simples pode reduzir a barreira comunicacional** e beneficiar ampla parcela da população brasileira, quando consideradas as disparidades no acesso à educação de qualidade.

→ Procure **compartilhar o material** que será apresentado **antes do evento**.

→ **Recursos de acessibilidade** devem ser garantidos **tanto na apresentação** de slides, **quanto na elaboração da ata** da reunião.

Orientações direcionadas às pessoas com deficiência sobre a funcionalidade e recursos de acessibilidade de diversas plataformas de webconferência podem ser acessadas em:

[Conexões Assistivas: Tecnologia e Materiais Didáticos Acessíveis](#)



ACESSIBILIDADE EM APRESENTAÇÕES DE SLIDES

- Prefira fontes como **Arial, Calibri, Tahoma ou Verdana**. Evite letras com detalhes ou serifas, pois podem dificultar a leitura.
- Escolha fontes de **tamanho adequado**, preferindo **tamanho 24 para conteúdo** e **32 para os títulos** (SALTON et al, 2017).
- Escolha um **bom contraste** entre o **texto** e o **plano de fundo** (**fundo claro, letra escura ou fundo escuro e letra clara**).
- Evite **excesso de informação** em um mesmo slide.
- Utilize **layouts do próprio software** por **facilitarem** o uso do **leitor de tela**.
- Durante a apresentação, **leia todo o conteúdo dos slides e descreva imagens e planilhas**. Caso considere que a informação não precisa ser descrita (por não ser importante), então ela **DEVE ser excluída**.
- Use **imagens nítidas** e com **poucos elementos**.
- Garanta a acessibilidade ao utilizar **conteúdo de áudio e vídeo, incluindo linguagem simples, legendas, audiodescrição e intérprete de Libras**.

Utilize o **verificador de acessibilidade** ao preparar apresentações em **PowerPoint**. Essa ferramenta além de identificar os possíveis problemas de acessibilidade, sugere soluções para cada um deles.



ACESSIBILIDADE EM DOCUMENTOS ESCRITOS/DIGITAIS

- Prefira **fontes** como **Arial, Calibri, Tahoma ou Verdana**. Evite letras com detalhes ou serifas, pois podem dificultar a leitura.
- Escolha fontes de **tamanho 12 ou maior**.
- Respeite o espaço entre as letras e as palavras. **Utilize espaçamento 1,5 entre as linhas**.
- Use **linguagem simples, com frases curtas e palavras fáceis**.
- **Evite usar caixas de texto**. O leitor de tela não dá acesso a esse conteúdo. Para destacar um texto utilize bordas ao seu redor.
- **Destaque as informações sublinhando a frase ou utilizando ícones**. Evite usar apenas mudança de cor para destacar um conteúdo do texto.
- **Descreva as imagens**.

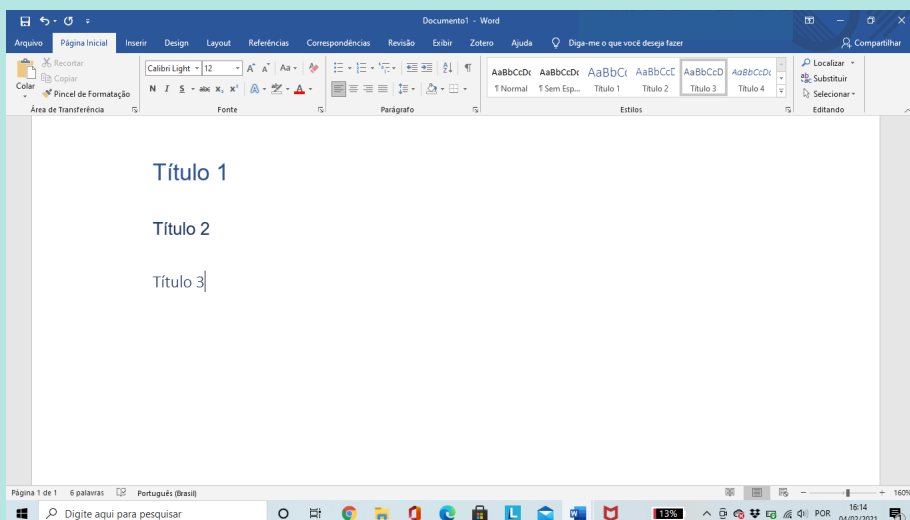
Essa descrição pode ser realizada por meio de texto alternativo, que será identificado pelo leitor de tela e não ficará visível. Cada modelo de software segue um caminho diferente para a inclusão desse texto. Geralmente, basta clicar com o botão direito do mouse sobre a figura e buscar pela opção texto alternativo.

Também é possível descrever a imagem utilizando legenda, logo abaixo da figura, ou descrevendo-a no próprio contexto, ao longo do texto.

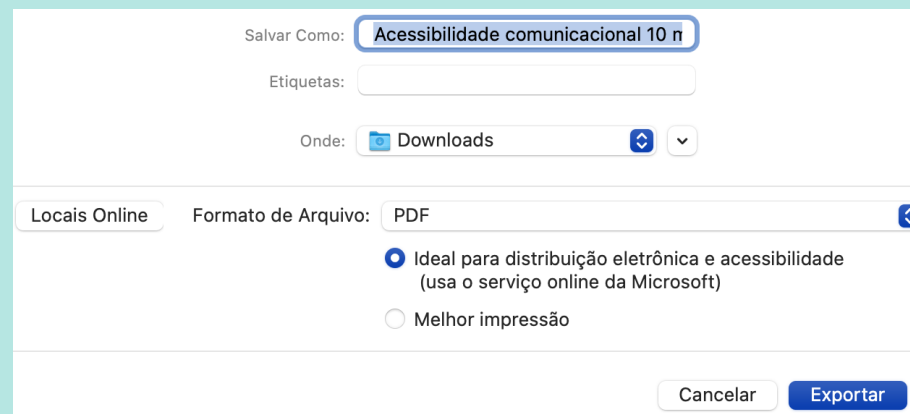
→ Aplique os níveis de títulos.

Esse estilo facilita a leitura do documento pelos leitores de tela, reconhecendo as hierarquias dos títulos e subtítulos, que podem não ser identificados pela cor ou tamanho da fonte pelas pessoas com deficiência visual.

Esta opção está disponível no editor de texto *Word* em **Página inicial**, selecionando a caixa de diálogo **Estilos**.



→ Para salvar documentos do *Word* em PDF, clique em **Salvar como**, depois em **Formato de arquivo** e escolha a opção **PDF**. Certifique-se que a opção **Ideal para distribuição eletrônica e acessibilidade** está selecionada. Isto preserva a acessibilidade do documento na conversão para PDF. Clique em **exportar**.



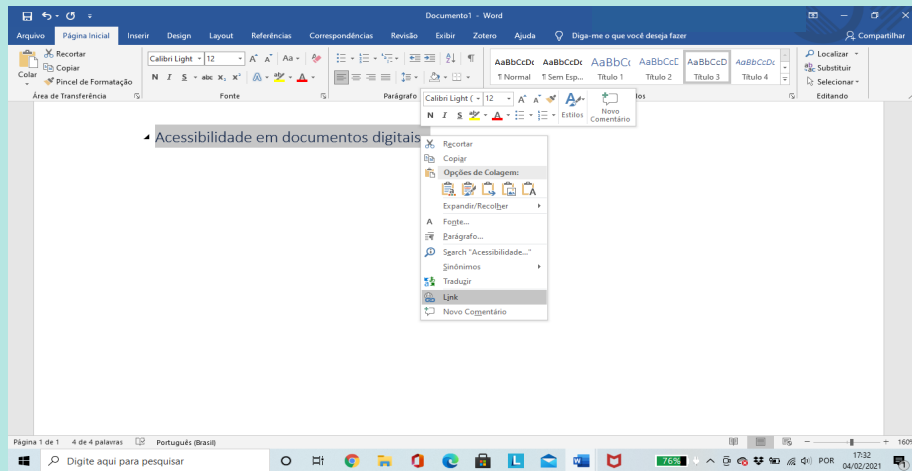
→ **Evite arquivos onde o texto foi digitalizado**, pois este será um documento de imagem, não compatível com o leitor de tela.

Para tornar esse documento acessível será preciso uma ferramenta que converta a imagem do texto em conteúdo passível de reconhecimento pelo leitor.

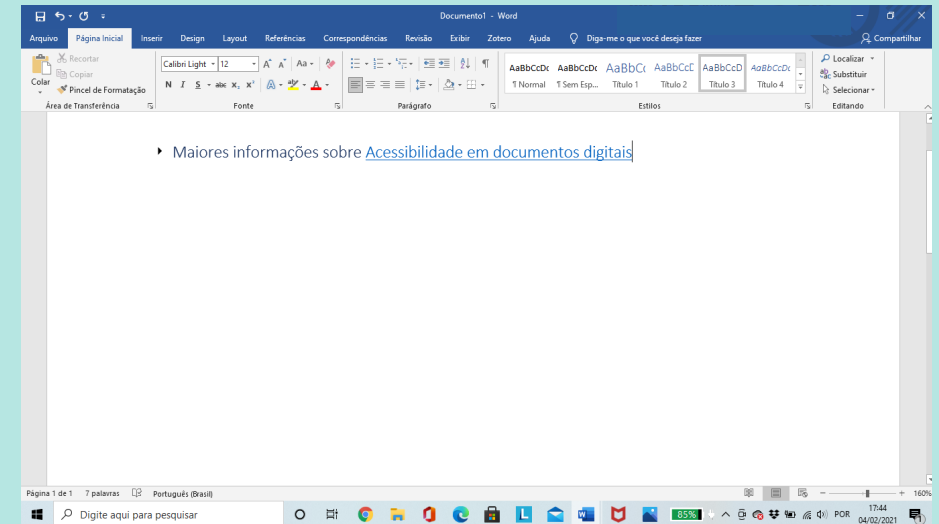
→ Links:

- Use **link com descrição**. Evite links como **“saiba mais”** e **“clique aqui”**. O texto que vai conduzir ao Link tem que ser indicativo de seu conteúdo;
- **Descreva o destino do link** para que o usuário de programa de leitor de texto entenda sua finalidade;
- Para incluir um link em um documento do *Word*, selecione o texto, clique com o botão direito sobre ele e escolha a opção **Hiperlink ou Link**.

O texto passa a ser o link.



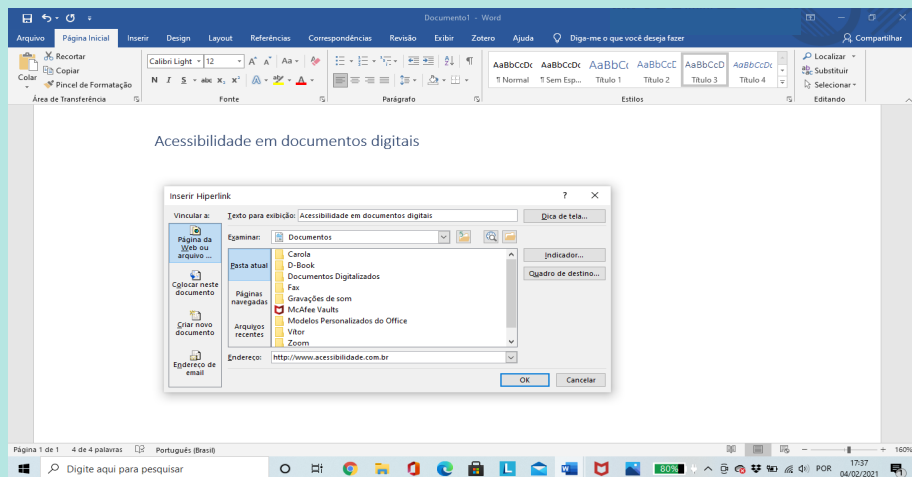
Em seguida, **digite** no campo endereço o **localizador** (URL) e **clique** em **OK**.



→ Para ampliar a **acessibilidade dos materiais impressos**, busque disponibilizá-los com **linguagem simples e em outros formatos**, como em **áudio, em braille, com fonte ampliada, em formato digital acessível** (MARIA, 2020).

Para maiores informações:

[Orientações para criação de documentos acessíveis no Microsoft Word](#)



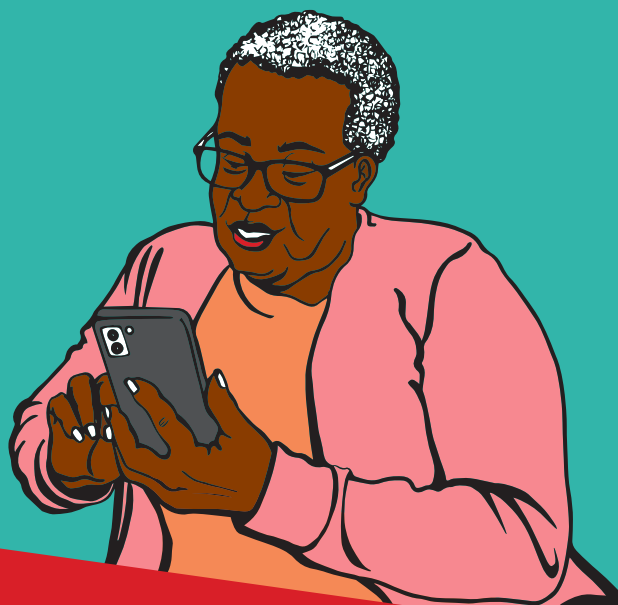


ACESSIBILIDADE EM ENCONTROS PRESENCIAIS

Para garantir a acessibilidade em eventos presenciais é fundamental planejar com antecedência e prever orçamento para a viabilização das medidas necessárias.

Recomendações:

- Nas inscrições para o evento, **pergunte às pessoas participantes se precisam de algum recurso específico de acessibilidade.**
- Escolha um **local sem barreiras arquitetônicas** que dificultem a participação de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.
- Verifique se o local possui **banheiros adaptados.**
- **Reserve lugares para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.**
- **Sinalize a acessibilidade do evento** com placas indicando os serviços oferecidos.
- **Garanta a comunicação para todos** utilizando linguagem simples e contratando serviços de intérprete de Libras, audiodescrição e legenda ao vivo (estenotipia) na transmissão de vídeos.
- **Antes de iniciar sua fala diga seu nome e faça uma breve audiodescrição.** Descreva suas características físicas, sua roupa, o lugar onde está.
- **Fale fora do microfone, dizendo onde está,** para que pessoas com deficiência visual possam identificar sua localização.
- **A cada nova intervenção comece dizendo seu nome,** para que as pessoas com deficiência visual possam identificar quem está falando.
- **Descreva as apresentações** de slides ou outras **informações visuais transmitidas** durante a reunião.



ACESSIBILIDADE EM GRUPOS DE MENSAGEM

Aplicativos de troca de mensagens são amplamente utilizados. Para facilitar a comunicação é muito comum a criação de grupos para interação e compartilhamento de informações.

Algumas recomendações para que as mensagens de texto, imagens e vídeos compartilhados sejam acessíveis:

- **Descreva as imagens.** Para ler textos nas redes sociais, **as pessoas com deficiência visual podem utilizar leitores de tela.** Mas, para o seu uso ser efetivo, as fotos, as imagens gráficas, os vídeos, as figurinhas e outros elementos visuais compartilhados precisam ser descritos.
- Use a hashtag **“#descriçãodaimagem”**, com ela é possível incluir pessoas com dislexia e idosos que também se beneficiariam com essa descrição. Depois da hashtag, escreva a descrição da imagem.
- **Evite o uso de figurinhas.** O leitor de tela não identifica a imagem, apenas diz se tratar de pacote de figurinha. **Use emojis**, que são descritos pelo leitor.
- **Compartilhe arquivos em formato acessível**, que pode ser lido pelo leitor de tela.
- **Use linguagem neutra, respeitando a diversidade de gênero**, porém, **evite o uso de “X”, @ e o/a**, pois não são identificados pelo leitor de telas utilizado pelas pessoas com deficiência visual.

→ **Use linguagem simples, com frases curtas e palavras fáceis.** Apresente a informação de forma clara e direta. Pessoas com deficiência intelectual se beneficiam desse formato de escrita.

→ **Evite enviar mensagens de áudio.** Pessoas com deficiência auditiva têm dificuldade para acessar o conteúdo nesse formato.

Se não for possível digitar, **transcreva o áudio em texto** para pessoas com deficiência auditiva que leem em português.

Clique no ícone do microfone, que fica no teclado do celular. A posição do ícone pode variar de acordo com o modelo do telefone. A voz é transformada em texto e aparece na tela. Confira antes de enviar.

Algumas pessoas com deficiência auditiva não leem em português.

É preciso usar aplicativos que fazem a **tradução para Libras**.

→ Compartilhe **vídeos com legendas, transcrições e intérpretes de Libras**.

Projetos de pesquisa disseminados em redes sociais devem seguir os princípios de acessibilidade. Procure identificar as ferramentas de acessibilidade de cada plataforma por meio de seu suporte técnico.



REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE NAS REDES SOCIAIS. Guia Mídias Sociais. Tutoriais e orientações para as redes sociais institucionais. UFSM . Disponível em: <https://www.ufsm.br/comunicacao/guiamidiassociais/acesibilidade-nas-redes-sociais/>

BRASIL. Decreto n. 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo**. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 136p, 2017.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

COSTA, L.S. A vida da pessoa com deficiência: reflexões legadas do distanciamento social In: AMORIM, A. et al. **Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: territórios existenciais na pandemia**. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/Fiocruz, 2020.

ESCOLA DE GENTE – COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO. Manual da mídia legal: comunicadores pela inclusão. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2002. 100 p. Disponível em: <https://www.escoladegente.org.br/sites/default/files/anexos/mml1.pdf>

GUIA DE ACESSIBILIDADE EM EVENTOS. São Paulo, 2010

GUIA DE LINGUAGEM INCLUSIVA TODXS NÓS. Disponível em: <https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf>

GUIA LINGUAGEM SIMPLES. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-para-linguagem-simples-.pdf>

GUIA ORIENTADOR PARA ACESSIBILIDADE DE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/guia_audiovisuais.pdf

MARIA, M. **Orientações gerais sobre acessibilidade e inclusão para profissionais de comunicação**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT, 42p, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43374>.

MINIMANUAL ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed/2020/06/05/minimanual-de-acesibilidade-comunicacional/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World Report on Disability 2011**. Disponível em: https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report/en/.

SALTON, B. P. et al. **Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 108p, 2017.

TURCATTI, A. et al. Acessibilidade em plataformas de webconferência e videochamadas. In: SONZA, A.P. et al. **Conexões Assistivas: Tecnologia e Materiais Didáticos Acessíveis**. 1 ed. Erechim, RS: Graffoluz Editora, p. 234 -248, 2020.

FICHA TÉCNICA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Nísia Trindade Lima

PRESIDÊNCIA DA FIOCRUZ

Mário Moreira

VICE-PRESIDÊNCIA

DE PESQUISA E

COLEÇÕES BIOLÓGICAS

Maria de Lourdes Aguiar Oliveira

PROGRAMA DE POLÍTICAS

PÚBLICAS E MODELOS DE

ATENÇÃO E GESTÃO À SAÚDE –

PMA/VPPCB

EQUIPE DO PMA

Isabela Soares Santos

Roberta Argento Goldstein

Beatriz da Costa Soares

Edjane Alves de Santana

Gloria Maria dos Santos Rodrigues

Isabella Koster

Lais Sousa Jannuzzi

Rosane Marques de Souza

COMITÊ FIOCRUZ PELA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DIREÇÃO DA ESCOLA

NACIONAL DE SAÚDE

PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Marco Menezes

PROJETO “O CONHECIMENTO

DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

À SAÚDE SOBRE A DEFICIÊNCIA:

CAMINHOS DE VISIBILIDADE

OU DE INVISIBILIDADE?”

ELABORAÇÃO E

DESENVOLVIMENTO

Laís Silveira Costa

Annibal Amorim

Sônia Gertner

Carolina Aguiar

Bianca Soares Ramos

COORDENAÇÃO DA

VALIDAÇÃO TÉCNICA

Helena Werneck | SMPD-Rio

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

Flavia Cortinovis | SMPD-Rio

Patricia Almeida | Movimento Down

Erica Rodrigues | LinLab/PUC-Rio

DESIGN (DISARME GRÁFICO)

Bruno Ventura

Andressa Liebermann

Daniel Ventura

ILUSTRAÇÕES

Andressa Liebermann

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da pesquisa “O conhecimento da APS sobre deficiência: caminhos de visibilidade ou de invisibilidade” apoiada pelo Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção à Saúde, da Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fundação Oswaldo Cruz (PMA/VPPCB/Fiocruz). Resulta de um esforço coletivo com a participação de várias pessoas e instituições.



Escaneie para mais conteúdos sobre comunicação acessível.



SMPD



Programa de Fomento
ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico Aplicado à Saúde Pública
ENSP/FIOCRUZ



PMA
DISSEMINANDO
CIÊNCIA EM
SAÚDE PÚBLICA



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas



Conselho Nacional
de Saúde



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

